

AGROTIS AGROINFORMÁTICA S.A.
(anteriormente denominada Agrotis Agroinformática Ltda)

Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
de acordo com as práticas adotadas no Brasil e IFRS.
31 de dezembro de 2024
REA 184/2025

Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.....	2
Balanços Patrimoniais.....	7
Demonstrações do Resultado.....	8
Demonstrações do Resultado Abrangente.....	9
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	11
Demonstrações do Valor Adicionado	12
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	13

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Agrotis Agroinformática S.A.
(anteriormente denominada Agrotis Agroinformática Ltda)
Curitiba – PR – Brasil

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Agrotis Agroinformática S.A. (anteriormente denominada Agrotis Agroinformática Ltda) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agrotis Agroinformática S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2024, o desempenho das suas operações, dos seus fluxos de caixa e do seu valor adicionado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas – NBC TG 1000 (R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da

Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis, mais precisamente a NBC TG 1000 (R1). Estas demonstrações foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente a NBC TG 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder à nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia e sua controlada.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento de Receitas de Contratos com Clientes

Conforme nota explicativa nº 19, as receitas da Companhia e sua controlada possuem a prestação de serviços designados como softwares recorrentes e softwares não recorrentes.

Identificamos os processos e as atividades de controles implementados pela Controladora e sua controlada, principalmente nas áreas de controladoria, contabilidade e apoio das áreas técnicas, e

Porque é um PAA

As receitas de softwares não recorrentes englobam serviços de implementação e customização que são objeto de contratos específicos para satisfazer individualmente cada cliente.

A responsabilidade pela prestação desses tipos de serviços se estende ao longo do período durante o qual o serviço é prestado, com base nas horas incorridas e nos montantes estabelecidos nos respectivos contratos com os clientes. Conforme estipulado em cada contrato, tais receitas podem ter sido faturadas ou não.

Os serviços não recorrentes realizados requerem controles que determinem as horas efetivamente consumidas, além de garantir a correta mensuração e registro destas receitas quando as obrigações contratuais são cumpridas.

Devido ao fato de tais receitas se basearem em controles de horas por execução de projetos, consideramos o assunto como um risco significativo em nossa abordagem de auditoria, que exigiu considerações especiais durante a execução de nossos procedimentos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

efetuamos procedimentos específicos de auditoria, que incluem, mas não se limitam a:

(i) Análise e entendimento do processo e da estrutura relativa à eficácia dos controles internos pertinentes empregados pela Companhia e sua controlada, assim como pelos seus componentes considerados significativos, durante o curso da auditoria, em relação ao reconhecimento de receitas provenientes de softwares não recorrentes;

(ii) Testes amostrais em contrato de clientes no reconhecimento de receitas de softwares não recorrentes, a fim de examinar os termos contratuais das propostas de serviços, as horas executadas nos projetos e sua mensuração, para assim determinar se o reconhecimento da receita está adequado, inclusive em relação à sua escrituração no período de competência correto;

(iii) Verificação das divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, analisando a inclusão de todas as informações relevantes sobre o reconhecimento de receitas.

Com base nas evidências coletadas através dos procedimentos acima mencionados, concluímos que os montantes reconhecidos e as divulgações relacionadas às receitas de softwares não recorrentes são adequados, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração pelas das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.

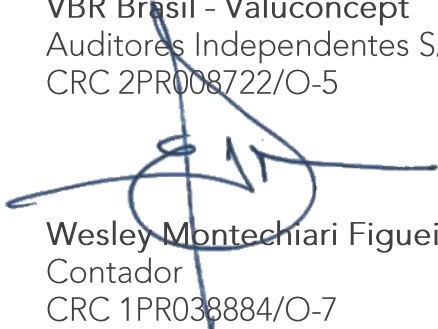
Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da empresa e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Curitiba, 24 de março de 2025.

VBR Brasil - Valuconcept
Auditores Independentes S/S
CRC 2PR008722/O-5



Wesley Montechiari Figueira
Contador
CRC 1PR038884/O-7



Tiago Andrade Mancarz
Contador
CRC 3PR064611/O-2

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Circulante		12.427.896	14.078.752	16.230.930	17.266.474
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.948.551	6.634.531	10.318.358	9.297.459
Contas a receber	6	3.972.532	6.565.839	4.405.887	7.080.673
Tributos a recuperar	7	1.342.036	705.184	1.342.036	705.415
Adiantamentos e outras contas a receber	8	29.886	38.307	29.758	48.036
Partes relacionadas	9	134.891	134.891	134.891	134.891
Não circulante		6.035.858	5.741.979	2.303.690	2.632.217
Realizável a longo prazo		815.205	1.214.020	815.205	1.214.020
Partes relacionadas	9	815.205	1.214.020	815.205	1.214.020
Investimentos	10	3.732.168	3.109.762	-	-
Imobilizado	11	1.229.090	1.395.732	1.229.090	1.395.732
Intangível	12	259.395	22.465	259.395	22.465
Total do Ativo		18.463.754	19.820.731	18.534.620	19.898.691
Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Circulante		3.889.890	5.103.213	3.960.756	5.181.173
Contas a pagar	13	1.081.355	1.010.503	1.081.605	1.010.503
Empréstimos e financiamentos	14	-	344.975	-	344.975
Obrigações sociais e trabalhistas	15	2.214.088	2.347.741	2.214.088	2.347.741
Obrigações tributárias	16	571.926	1.399.994	642.542	1.477.954
Outras contas a pagar		22.521	-	22.521	-
Não circulante		333.322	333.322	333.322	333.322
Contas a pagar	13	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	-	-
Partes relacionadas	9	333.322	333.322	333.322	333.322
Patrimônio Líquido	18	14.240.542	14.384.196	14.240.542	14.384.196
Capital social		3.000.000	74.100	3.000.000	74.100
Reserva legal		600.000	-	600.000	-
Reserva de lucros		10.640.542	14.310.096	10.640.542	14.310.096
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		18.463.754	19.820.731	18.534.620	19.898.691

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Receita operacional líquida	19	49.272.682	39.209.231	54.679.489	44.912.746
Custos operacionais	20	(31.594.148)	(25.149.044)	(31.594.148)	(25.149.044)
Lucro Bruto		17.678.534	14.060.187	23.085.341	19.763.702
Despesas operacionais		(12.322.255)	(8.984.636)	(12.377.076)	(9.678.296)
Despesas comerciais	21	(1.927.012)	(1.239.522)	(1.927.012)	(1.239.522)
Despesas com pessoal	22	(3.146.848)	(2.869.391)	(3.146.848)	(3.312.180)
Despesas gerais e administrativas	23	(6.999.360)	(4.754.748)	(7.031.741)	(4.976.063)
Despesas tributárias		(249.035)	(120.975)	(271.475)	(150.531)
Equivalência patrimonial	10	5.346.406	4.806.489	-	-
Outras receitas e despesas	24	1.004.921	1.152.668	994.924	1.125.533
Resultado operacional antes do resultado financeiro		11.707.606	11.034.708	11.703.189	11.210.939
Resultado financeiro líquido	25	680.926	614.920	910.803	790.217
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		12.388.532	11.649.628	12.613.992	12.001.156
Imposto de Renda e Contribuição Social	26	(664.672)	(1.121.997)	(890.132)	(1.473.525)
Imposto de renda e Contribuição social - correntes		(1.018.362)	(1.722.030)	(1.243.822)	(2.023.393)
Imposto de renda e Contribuição social - diferidos		353.690	600.033	353.690	549.868
Resultado líquido		11.723.860	10.527.631	11.723.860	10.527.631
Lucro por ação:					
Lucro líquido básico por ação		3,91	1,42	3,91	1,42

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Lucro líquido	<u>11.723.860</u>	<u>10.527.631</u>	<u>11.723.860</u>	<u>10.527.631</u>
Ajuste de exercícios anteriores	-	(119.052)	-	(119.052)
Incorporação de acervo técnico	-	(54.018)	-	(54.018)
Total do resultado abrangente	<u><u>11.723.860</u></u>	<u><u>10.354.561</u></u>	<u><u>11.723.860</u></u>	<u><u>10.354.561</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
 31 de dezembro de 2024
 (Em reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	74.100	-	12.890.194	-	12.964.294
Resultado do exercício	-	-	-	10.527.631	10.527.631
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	(119.052)	-	(119.052)
Incorporação de acervo técnico	-	-	(54.018)	-	(54.018)
Distribuição de lucros	-	-	-	(8.934.659)	(8.934.659)
Constituição de reserva de lucros	-	-	1.592.972	(1.592.972)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	74.100	-	14.310.096	-	14.384.196
Resultado do exercício	-	-	-	11.723.860	11.723.860
Subscrição e integralização de capital	2.925.900	-	-	(2.925.900)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(3.669.554)	(8.197.960)	(11.867.514)
Constituição de reservas	-	600.000	-	(600.000)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>3.000.000</u>	<u>600.000</u>	<u>10.640.542</u>	<u>-</u>	<u>14.240.542</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
31 de dezembro de 2024
 (Em reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Fluxo de caixa de atividades operacionais				
Lucro líquido	11.723.860	10.527.631	11.723.860	10.527.631
Ajustes				
Depreciação e amortização	579.931	542.770	579.931	542.770
Provisão de juros ativos e passivos de partes relacionadas	(11.185)	(85.682)	(11.185)	(85.682)
Resultado com participações societárias	(5.346.406)	(4.806.489)	-	-
Baixa líquida de ativo imobilizado e intangível	26.999	143.567	26.999	143.567
Reconhecimento (reversão) receitas por execução	1.079.674	1.831.658	1.079.674	1.831.658
Perdas estimadas de crédito	267.889	-	267.889	-
Tributos diferidos	(353.690)	(600.033)	(353.690)	(549.868)
Ajustes de exercícios anteriores	-	(119.052)	-	(119.052)
Incorporação de acervo líquido controlada	-	(30.018)	-	(54.018)
Provisão para participação nos lucros	-	684.212	-	684.212
Lucro do exercício ajustado	7.967.072	8.088.564	13.313.478	12.921.218
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	1.245.744	(980.915)	1.327.223	(828.913)
Tributos a recuperar	(283.162)	180.846	(282.931)	226.990
Adiantamento e outras contas a receber	8.421	36.090	18.278	451.373
Despesas antecipadas	-	9.272	-	9.272
Contas a pagar	70.852	(156.225)	71.102	(156.714)
Obrigações sociais e trabalhistas	(133.653)	(221.304)	(133.653)	(290.265)
Obrigações tributárias	(828.068)	765.080	(835.412)	747.852
Outras contas a pagar	22.521	(541)	22.521	(3.533)
Juros pagos sobre empréstimos	13.304	75.505	13.304	75.505
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	8.083.031	7.796.372	13.513.910	13.152.785
Fluxo de caixa de atividades de investimentos				
Aplicação líquida em imobilizado	(394.689)	(315.720)	(394.689)	(315.720)
Aplicação líquida em intangível	(282.529)	-	(282.529)	-
Recebimento de distribuição de lucros	4.724.000	2.797.957	-	-
Recebimento de empréstimo a partes relacionadas	410.000	505.000	410.000	505.000
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	4.456.782	2.987.237	(267.218)	189.280
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	37.251	-	37.251
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(358.279)	(1.042.448)	(358.279)	(1.042.448)
Distribuição de lucros	(11.867.514)	(8.934.659)	(11.867.514)	(8.934.659)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(12.225.793)	(9.939.856)	(12.225.793)	(9.939.856)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa no período	314.020	843.753	1.020.899	3.402.209
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6.634.531	5.790.778	9.297.459	5.895.250
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	6.948.551	6.634.531	10.318.358	9.297.459
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa no período	314.020	843.753	1.020.899	3.402.209

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Valor Adicionado
31 de dezembro de 2024
 (Em reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Valor adicionado				
Receitas	53.449.520	45.106.037	59.051.158	51.084.198
Prestação de serviços não recorrentes	7.703.924	8.175.517	7.703.924	8.181.117
Prestação de serviços recorrentes	44.791.832	35.915.851	44.688.805	36.935.263
Venda de mercadorias	-	-	5.714.665	4.980.286
Outras receitas	953.764	1.014.669	943.764	987.532
Insumos adquiridos de terceiros	(39.123.547)	(30.058.455)	(39.131.929)	(30.207.770)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(31.594.148)	(25.149.044)	(31.594.148)	(25.149.044)
Serviço de terceiros, energia, materiais e outros	(6.757.031)	(3.956.534)	(6.757.266)	(3.966.413)
Outros insumos adquiridos de terceiros	(339.963)	(286.946)	(339.963)	(286.946)
Perda de valores ativos	(432.405)	(665.931)	(440.552)	(805.367)
Valor adicionado bruto	14.325.973	15.047.582	19.919.229	20.876.428
Depreciações e amortizações	(579.931)	(538.886)	(579.931)	(538.886)
Valor adicionado líquido	13.746.042	14.508.696	19.339.298	20.337.542
Valor adicionado recebido em transferência	6.116.908	5.731.058	1.010.935	1.102.223
Resultado de equivalência patrimonial	5.346.406	4.806.489	-	-
Receitas financeiras	719.344	786.569	959.777	964.223
Outros resultados recebidos em transferência	51.158	138.000	51.158	138.000
(=) Valor adicionado total a distribuir	19.862.950	20.239.754	20.350.233	21.439.765
(=) Distribuição do valor adicionado	19.862.950	20.239.754	20.350.233	21.439.765
Pessoal e encargos	3.249.146	3.607.007	3.249.146	4.028.430
Remuneração direta	437.312	1.150.248	437.312	1.498.373
Benefícios	2.005.748	1.727.247	2.005.748	1.771.718
FGTS	806.086	729.512	806.086	758.339
Impostos, taxas e contribuições	4.313.416	5.681.977	4.744.246	6.357.499
Federal	2.958.968	4.465.286	3.389.798	5.115.281
Estadual	3.140	10.458	3.140	10.458
Municipal	1.351.308	1.206.233	1.351.308	1.231.760
Remuneração de capital de terceiros	576.528	423.139	632.981	526.205
Aluguéis	458.370	168.000	482.370	240.000
Juros	38.419	171.650	48.973	174.006
Outras despesas	79.739	83.489	101.638	112.199
Remuneração de capital próprio	11.723.860	10.527.631	11.723.860	10.527.631
Distribuição de lucros	11.867.514	8.934.659	11.867.514	8.934.659
Lucros retidos (distribuídos) do exercício	(143.654)	1.592.972	(143.654)	1.592.972
Participação de não controladores	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Agrotis Agroinformática S.A. (anteriormente denominada Agrotis Agroinformática Ltda) – CNPJ: 82.413.816/0001-01, (“Companhia” ou “Controladora”) faz parte do Grupo de empresas denominado Grupo Agrotis (“Grupo”). Um Grupo sólido e transparente, com mais de 30 anos no ramo de consultoria e implantação de soluções em software de gestão para o agronegócio, pauta sua atuação em princípios éticos de crescimento, aliados a responsabilidade ambiental e social.

Com mais de três décadas de experiência, a Companhia é especialista em software para o agronegócio, em 1991 foi criado o primeiro produto da Agrotis, um sistema para emissão de Receituário Agrônômico, sendo o 1º do Brasil. Atenta aos movimentos e oportunidades deste mercado observou uma demanda nas empresas de distribuição de insumos, foi quando também entrou na área de gestão, desenvolvendo soluções administrativas e financeiras nos padrões do setor. Logo na sequência já estava lançando seu próprio ERP, o “Agrotis Gerencial”.

O Grupo mantém diversas soluções no seu portfólio, atendendo atualmente vários verticais do agro, como Produtores Rurais, Produção de Sementes, Fruticultores, Cooperativas Agropecuárias, Revendas de Insumos Agrícolas e Implementos, Indústrias de Fertilizantes, Indústrias de Nutrição Animal, Armazéns e Cerealistas e Algodoeiras.

Visando atender seus clientes com qualidade e tecnologia a Companhia desenvolveu uma plataforma 100% SaaS verticalizada ao agro, esta ferramenta trabalha de forma agnóstica, ou seja, de forma independente, podendo integrar com o ERP Agrotis e com outros players de ERP do mercado.

A Companhia também consolidou uma forte parceria com a SAP na solução ERP “Business One”, reconhecida mundialmente e agora com Agrotis tropicalizada para o Agronegócio.

2024 foi mais um ano de recorde no histórico de receitas da Companhia e sua controlada, este resultado foi obtido em função da qualidade dos bons produtos ofertados pelo Grupo. Destacamos ainda que os resultados de 2023 e 2022 foram alcançados apesar de um cenário adverso enfrentado ao longo destes anos, com incertezas econômicas e políticas, incluindo, mas não se limitando, à escalada dos juros (Selic) e ao aumento dos custos de mão de obra, que afetam diretamente o setor de prestação de serviços.

Através da 18ª Alteração de Contrato Social de 20 de fevereiro de 2024 foi transformado o tipo societário da Companhia, passando de “Sociedade Empresária Limitada” para “Sociedade Anônima” de capital fechado, sem interrupção das atividades sociais e sem prejuízo para os credores.

Foi instaurado um Conselho de Administração composto por 3 a 13 membros, com mandato de 3 anos, uma Diretoria Executiva, com diretores nomeados para um mandato de 3 anos e a criação do Comitê de Auditoria e o Comitê de Ética, cujas regras e atribuições estão dispostas no Estatuto Social da Companhia.

2. RESUMO DAS POLÍTICAS, PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)), convergida da norma internacional de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS for SMEs*), emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis aplicáveis a pequenas e médias empresas, as quais estão corroboradas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e sua controlada no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem um julgamento mais preciso e de maior complexidade, bem como as áreas nas quais estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

Todas as referências as Normas Brasileiras de Contabilidade, em especial a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Companhias, devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos *IFRS*, especialmente a norma internacional *IFRS for SMEs*, e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos *IFRS's* não está disponível no Brasil.

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1.1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Controladora e as demonstrações contábeis Consolidadas, as quais abrangem as demonstrações contábeis da Controladora e sua controlada, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil relativas a Seção 9 – Demonstrações Consolidadas e Separadas da NBC TG 1000 (R1), o qual está em total convergência com os Padrões Internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards – IFRS for SMEs*), emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas refletem os ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia e sua controlada.

Os saldos e transações *intercompany*, assim como quaisquer receitas ou despesas realizadas nas transações entre a Companhia e sua controlada, são eliminadas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

b) Controladas – participação direta

São classificadas como controladas as empresas sobre as quais a Controladora exerce o controle integral, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. As controladas são consolidadas integralmente a sua participação de capital desde o momento em que a Companhia assume o controle sobre as suas atividades até o momento que esse controle cessa. Abaixo demonstramos as empresas sobre as quais a Companhia exerce o controle:

Razão social	Sede	% Participação	
		2024	2023
Agrotis Publicações Digitais Ltda	Curitiba - PR	100,00%	99,9999%

2.1.2. INCORPORAÇÃO NEOTIS

Em 1º de dezembro de 2023 a Controladora realizou a emissão do laudo de incorporação da controlada Neotis Tecnologia e Sistemas Ltda pela totalidade dos saldos escriturados de sua operação. Em 31 de dezembro de 2023 foi procedida a incorporação dos valores suportados pelo supracitado laudo. Tais saldos estão baseados nos montantes apresentados através do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil, apurado por meio dos livros contábeis e, atendendo ao requerimento do Código Civil Brasileiro, Lei nº 10.406 de 2002, sendo também utilizado como base nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O total do acervo líquido incorporado com base no laudo em 1º de dezembro de 2023 foi de R\$ 664.131, complementado pela movimentação de dezembro de 2023, absorvida pela incorporadora no valor de R\$ 14.968 antes dos ajustes em reservas, conforme composição dos valores destacados abaixo:

	Laudo 30.11.2023	Movimentação do laudo da data da incorporação até fechamento da controlada incorporada						Saldo incorporado 31.12.2023
		Recebimento	Despesas bancárias	Pagamentos folha, terceiros, tributos e aluguel	Rendimento aplicação	Distribuição lucros	Tributos retidos	
Ativo								
Caixa e equivalentes de caixa	388.892	109.861	(341)	(40.304)	462	(453.767)	-	4.804
Contas a receber	117.330	(117.330)	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos e outras contas a receber	158.628	-	-	(11.138)	-	(147.490)	-	-
Tributos a recuperar	4.130	-	-	(6.723)	-	-	5.913	646
Ativo circulante	668.980	(7.469)	(341)	(58.165)	462	(601.257)	5.913	646
Tributos diferidos	57.302	-	-	(12.315)	-	-	-	44.987
Ativo não circulante	57.302	-	-	(12.315)	-	-	-	44.987
Total do ativo	726.282	(7.469)	(341)	(70.480)	462	(601.257)	5.913	646
Passivos								
Contas a pagar	-	-	-	24	-	-	-	24
Obrigações tributárias	12.206	-	-	8.027	-	-	-	20.233
Obrigações sociais e trabalhistas	49.946	-	-	(31.414)	-	-	-	18.533
Passivo circulante	62.152	-	-	(23.362)	-	-	-	38.790
Total dos passivos	62.152	-	-	(23.362)	-	-	-	38.790
Acervo líquido antes dos ajustes	664.130	(7.469)	(341)	(47.117)	462	(601.257)	5.913	646
Capital social incorporado em reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	-	(24.000)
Tributos diferidos ajustados em reservas de lucros	-	-	-	-	-	-	-	(44.986)
Acervo líquido a ser incorporado	-	-	-	-	-	-	-	(54.018)

2.1.3. NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia e sua controlada não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis.

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2024

A seguir apresentamos revisões e alterações em certas normas, para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2024, que não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia e sua controlada:

<u>Novas normas ou alterações</u>	<u>Aplicação e impactos</u>
Passivos não circulantes com cláusulas restritivas – Alterações ao CPC 26/IAS 1; e	A classificação de certos passivos como circulantes ou não circulantes pode mudar e, além disso, as empresas podem precisar fornecer novas divulgações para passivos sujeitos a <i>covenants</i> .
Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes – Alterações ao CPC 26/IAS 1	Antes da alteração a Companhia e sua controlada que possuía uma dívida deveria ter um direito seja incondicional de adiar a liquidação por pelo menos 12 meses após a data do relatório. Com a alteração foi removido o requisito de que um direito seja incondicional e, em vez disso, agora exige que um direito de adiar a liquidação exista na data do relatório e tenha substância. Outra alteração é relativa aos passivos não circulantes que estão sujeitos a <i>covenants</i> futuros, as empresas agora precisarão divulgar informações para ajudar os usuários a entender o risco de que esses passivos possam se tornar reembolsáveis dentro de 12 meses após a data do relatório. Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação nestas demonstrações contábeis.
Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior – Alterações ao CPC 06/IFRS 16	A alteração do CPC 6 Arrendamentos encerrou as transações de <i>sale-and-leaseback</i> como uma proposta de financiamento <i>off-balance sheet</i> . No entanto, não encerrou os debates sobre a contabilidade de <i>sale-and-leaseback</i> . Os negócios em si são frequentemente altamente estruturados e podem ser materiais, especialmente para vendedores-arrendatários, e a contabilidade deles pode ser complexa. Avaliar se uma transação se qualifica para contabilidade de venda e <i>leaseback</i> sob o IFRS 16 é um julgamento fundamental. Calcular o lucro ou prejuízo na venda também nem sempre é intuitivo. Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação nestas demonstrações contábeis.

Novas normas ou alterações	Aplicação e impactos
Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7	<p>O IANBa alterou o CPC 3 Demonstração dos Fluxos de Caixa e o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Divulgações. As alterações introduzem requisitos de divulgação adicionais para empresas que celebram esses acordos. No entanto, elas não abordam a classificação e a apresentação dos passivos e fluxos de caixa relacionados.</p> <p>As alterações prevalecem para operações onde um provedor de financiamento paga valores que o comprador deve aos seus fornecedores. Também quando uma empresa concorda em pagar de acordo com os termos e condições dos acordos na mesma data ou em uma data posterior à data em que seus fornecedores são pagos. E por fim, quando a empresa recebe prazos de pagamento estendidos ou os fornecedores se beneficiam de prazos de pagamento antecipados, em comparação com a data de vencimento do pagamento da fatura relacionada. As alterações não se aplicam a acordos de financiamento de contas a receber ou estoque.</p> <p>Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação nestas demonstrações contábeis.</p>

A Companhia e sua controlada não possui nenhuma alteração relevante na aplicação destas mudanças nas normas existentes, desta forma, não houve alteração de estimativa ou política advinda destas na preparação destas demonstrações contábeis.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

A seguir apresentamos a lista das alterações recentes que não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia e sua controlada, as quais deverão ser aplicadas para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2025 e que estão disponíveis para adoção antecipada em *IFRS* (mas não para entidades que reportam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil).

Data efetiva	Novas normas ou alterações	Aplicação e impactos
1º de janeiro de 2025	Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21)	<p>O IASB alterou a IAS 21 para esclarecer quando uma moeda é trocável por outra moeda e como uma empresa estima uma taxa à vista quando uma moeda não tem capacidade de troca.</p> <p>Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas e das futuras demonstrações contábeis da Companhia e sua controlada.</p>

Data efetiva	Novas normas ou alterações	Aplicação e impactos
1º de janeiro de 2026	Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Alterações às CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7	<p>O IASB alterou o IFRS 9 <i>Financial Instruments</i> nos requisitos de classificação e mensuração. As alterações incluem orientação sobre a classificação de ativos financeiros, incluindo aqueles com características contingentes.</p> <p>O IASB também alterou o IFRS 7 <i>Instrumentos Financeiros: Divulgações</i>. As empresas agora serão obrigadas a fornecer divulgações adicionais sobre ativos financeiros e passivos financeiros que tenham certas características contingentes.</p> <p>Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas e das futuras demonstrações contábeis da Companhia e sua controlada.</p>
1º de janeiro de 2026	<i>Annual Improvements to IFRS Accounting Standards</i> – Volume 11.	<p>As alterações do IASB eliminam o conflito entre o IFRS 9 <i>Instrumentos Financeiros</i> e IFRS 15 <i>Receita de Contratos com Clientes</i>, mais precisamente em como um arrendatário contabiliza o desreconhecimento de um passivo de arrendamento de acordo com o parágrafo 23 do IFRS 9 e sobre a mensuração inicial de contas a receber comerciais; e sobre o valor pelo qual um recebível comercial é inicialmente mensurado constante no IFRS 15.</p> <p>As alterações incluem também a orientação sobre o desreconhecimento de passivos de arrendamento, como consequência da nova mensuração segundo o IFRS 9. A alteração no desreconhecimento de passivos de arrendamento se aplica somente aos passivos de arrendamento extintos no início do período de relatório anual em que a alteração é aplicada pela primeira vez.</p> <p>Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas e das futuras</p>

Data efetiva	Novas normas ou alterações	Aplicação e impactos
1º de janeiro de 2027	IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	<p>demonstrações contábeis da Companhia e sua controlada.</p> <p>As subsidiárias de empresas que usam as Normas Contábeis IFRS podem reduzir substancialmente suas divulgações e se concentrar mais nas necessidades dos usuários após o lançamento da IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações, do IASB.</p> <p>Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas e das futuras demonstrações contábeis da Companhia e sua controlada devido a Administração ter a intenção de divulgar a completude das normas, não apresentando nenhuma redução de divulgações das que julga relevante e úteis aos usuários.</p>
Disponível para adoção opcional/data efetiva diferida por tempo indeterminado.	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (Alterações na IFRS 10 e na IAS 28)	Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas e das futuras demonstrações contábeis da Companhia e sua controlada.

A Companhia e sua controlada não possui nenhuma alteração relevante na aplicação destas futuras mudanças nas normas, desta forma, não identifica antecipadamente impactos relevantes nas estimativas ou políticas advinda destas alterações na preparação das destas e das futuras demonstrações contábeis da Companhia e sua controlada.

2.2. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional da seguinte forma: os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas de câmbio da data da transação.

2.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.3.1. CLASSIFICAÇÃO

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia e sua controlada são classificados sob as seguintes categorias:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- Mensurados ao custo amortizado.

a) Ativos Financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da Companhia e sua controlada, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas de Resultado Financeiro.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e sua controlada possuía caixa e equivalentes de caixa nessa classificação, conforme nota explicativa nº 5.

b) Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e sua controlada possuía contas a receber, adiantamentos e outras contas a receber e partes relacionadas nesta classificação, conforme notas explicativas nº 6, 8 e 9.

c) Passivos Financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e sua controlada possuía contas a pagar, empréstimos e financiamentos, adiantamentos e outras contas a pagar e partes relacionadas nessa classificação, conforme notas explicativas nº 13, 14, e 9.

2.3.2. RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

O reconhecimento de ativos financeiros é feito na data de negociação, na qual a Companhia e sua controlada se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia e sua controlada tenham transferido, significativamente todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em seu resultado financeiro no período em que ocorrem.

2.3.3. COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3.4. IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS

A Companhia e sua controlada avaliam, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

Ativos mensurados ao custo amortizado são revisados a cada período do relatório para avaliar se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

A Companhia e sua controlada avaliam em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (iv) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- (v) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que correlacionam com as inadimplências sobre os ativos em carteira.

Caso haja indícios de *impairment*, o montante de perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Como um expediente prático, a Companhia e sua controlada pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor ou realização do ativo em caixa), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa da Companhia e sua controlada incluem o caixa, depósitos bancários, depósitos de penhor e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança.

2.5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, reduzidas pelas perdas de créditos estimadas (PCE).

Para as contas a receber a Administração considera que não existem evidências objetivas para a constituição das perdas de créditos estimadas (PCE), uma vez que, segundo os contratos vigentes, a transferência do controle de ativos para o cliente somente ocorre em função do cumprimento de suas obrigações contratuais. Quando o reconhecimento se dá ao longo do tempo, no caso de receitas de implementação e customização, as contas a receber ficam escrituradas respeitando o percentual de horas gastas e etapas concluídas, com a quantia excedente da obrigação de desempenho ficando registrada na rubrica de adiantamento de clientes.

Quando o reconhecimento se refere a serviços recorrentes, as obrigações de desempenho se referem basicamente a transferência em um ponto no tempo, logo, a condição de transferência de controle após aceite do cliente.

As contas a receber estão substancialmente representadas pela execução de serviços, reconhecidas pelo seu valor justo e deduzidas das perdas de créditos estimadas (PCE), consideradas reduções para apresentar o valor recuperável das contas a receber.

As contas a receber são classificadas no ativo circulante, levando-se em consideração o valor que compreende a totalidade das contas a receber vencidas e a vencer no prazo de um ano. A parcela excedente está apresentada no ativo não circulante.

2.6. INVESTIMENTOS

Os investimentos da Companhia em sua controlada são avaliados com base no método de equivalência patrimonial, conforme NBC TG 1000 (R1) na Seção 14 - Investimento em Controlada e em Coligada, para fins de demonstrações contábeis da Controladora, conforme nota explicativa nº 10.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada. Quando existente o ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Como o ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integra o valor contábil do investimento na coligada, este não é reconhecido separadamente e seu valor recuperável é testado considerando a unidade geradora de caixa que pertence.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representado pelo lucro líquido atribuível aos Sócios da investida.

Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da Controladora, deve-se determinar se é necessário reconhecer a perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia e sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

2.7. ATIVO IMOBILIZADO

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. No custo histórico estão inclusos os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil



estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas e despesas na demonstração do resultado.

2.8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Ativos intangíveis referem-se a *softwares* e licenças adquiridos separadamente, mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como finita ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas de valor recuperável. A avaliação de vida indefinida é revista no encerramento de cada exercício para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para finita é efetuada de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

a) Softwares

Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e sua controlada e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.



Os gastos com *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

b) Pesquisa e desenvolvimento

Quando há despesas relacionadas a atividades de pesquisa e desenvolvimento, estas são contabilizadas no resultado conforme são incorridas.

Os custos vinculados ao processo de pesquisa e desenvolvimento são registrados no ativo apenas quando podem ser confiavelmente mensurados, bem como se o instrumento ou procedimento em questão é tecnicamente viável. Além disso, é necessário que os benefícios econômicos futuros sejam prováveis, e que a Companhia e sua controlada tenham a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento para utilizar ou alienar o ativo. Quaisquer outros custos associados ao desenvolvimento são lançados no resultado conforme são incorridos. Após o reconhecimento inicial, os custos escriturados no ativo são mensurados pelo custo de geração, deduzido da amortização acumulada e possíveis perdas de valor recuperável.

A amortização inicia-se quando o desenvolvimento é concluído e o ativo torna-se disponível para utilização ao longo do período de benefícios econômicos futuros. A vida útil dos ativos de desenvolvimento reflete o período de retorno financeiro de cada projeto. Durante o período de desenvolvimento, o ativo é submetido a avaliações anuais para identificação de eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

Os custos de desenvolvimento quando os critérios previamente mencionados são satisfeitos, são escriturados no ativo e englobam os custos de mão de obra diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. As atividades de desenvolvimento envolvem planos ou projetos visando à criação de novos produtos para comercialização ou à conclusão do ativo para utilização

2.9. REDUÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS NÃO FINANCEIROS

A Companhia e sua controlada avalia ao fim de cada período de reporte, ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem, se há algum indício de que um ativo imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, possam ter sofrido desvalorização a ponto de seu valor contábil exceder o seu valor recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda, resultando em uma redução ao valor recuperável de ativo (*impairment*).

Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda



e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.10. CONTAS A PAGAR

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor total a pagar, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e sua controlada tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados, líquido de rendimentos de aplicações financeiras, como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.12. PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e sua controlada tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e

é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.13. RECONHECIMENTO DA RECEITA

O reconhecimento de receitas ocorre mediante a existência de um contrato com o cliente, a identificação das obrigações de desempenho, a mensuração confiável e alocação do preço da transação, e a transferência do controle dos bens ou serviços para o cliente. As receitas são divulgadas líquidas de impostos, cancelamentos, abatimentos e descontos, quando aplicável. A Companhia e sua controlada efetuam a segregação das receitas em duas categorias, nomeadamente receitas recorrentes e receitas não recorrentes, da seguinte maneira.

a) Receita de software recorrente

A receita proveniente de software recorrente engloba: (i) subscrição de software, proporcionando aos clientes acesso simultâneo ao software em diversos dispositivos na versão mais recente; (ii) manutenção, que inclui suporte técnico e atualizações tecnológicas; e (iii) serviços, abrangendo computação em nuvem e atendimento ao cliente. Todos esses serviços são comercializados de forma independente.

O reconhecimento da receita proveniente de software recorrente é realizado mensalmente ao longo do período em que os serviços são prestados. Isso ocorre a partir do momento em que os serviços e software são disponibilizados ao cliente, desde que todos os demais critérios de reconhecimento de receita sejam satisfeitos.

A Companhia e sua controlada ativam os custos relacionados à remuneração variável dos vendedores para a aquisição de contratos vinculados à venda de subscrições de software. A amortização desses custos é efetuada com base no tempo médio de retenção dos clientes.

b) Receita de software não recorrente

A receita proveniente de software não recorrente engloba: (i) taxas de licenciamento, que transferem ao cliente o direito de uso do software por tempo indeterminado; e (ii) serviços de implementação e customização de softwares, serviços de consultoria e treinamento.

- (i) O reconhecimento da taxa de licenciamento ocorre em um momento específico quando todos os riscos e benefícios relacionados à licença são transferidos ao comprador, mediante a disponibilização do software, e o valor pode ser mensurado de maneira confiável. Além disso, é necessário



que seja provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia e sua controlada.

- (ii) As receitas provenientes de serviços de implementação e customização representam uma obrigação de desempenho distinta em relação a outros serviços. Elas são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo, à medida que os custos são incorridos em relação ao total de custos esperados, seguindo o cronograma de execução e quando existe uma expectativa válida de recebimento por parte do cliente. Receitas faturadas que não atendem aos critérios de reconhecimento não são incluídas nos saldos das respectivas contas de receita e contas a receber. As receitas provenientes de serviços de consultoria e treinamento são reconhecidas quando os serviços são efetivamente prestados.

2.14. CUSTOS E DESPESAS

Os custos associados aos softwares são predominantemente compostos pelos salários do pessoal de consultoria e suporte, abrangendo ainda os custos de aquisição de banco de dados e o valor das licenças pagas a terceiros, no caso de softwares revendidos. Além disso, contemplam a depreciação e amortização dos ativos relacionados aos custos das atividades da Companhia e sua controlada.

Os projetos que estão em andamento estão demonstrados ao custo de execução baseado nas horas incorridas. O custo compreende mão de obra própria e contratada de terceiros e o custo financeiro do capital aplicado, quando aplicável. O valor líquido de realização é menor ou igual ao que a correspondente receita, no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados de conclusão e as despesas estimadas para efetuar a prestação.

As despesas realizadas pela área de desenvolvimento referentes à pesquisa e desenvolvimento de software, voltadas para novos produtos ou inovações tecnológicas nos softwares existentes, que não preenchem os critérios de capitalização, são contabilizadas como despesas no período em que são incorridas. Essas despesas são apresentadas de forma separada das despesas comerciais e de marketing, despesas administrativas e outras despesas, dentro do grupo de despesas operacionais.

2.15. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E LUCROS

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia e a distribuição de lucros para os quotistas da controlada são reconhecidas como passivos em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ao final da data de reporte, com

base no contrato social quando for aplicável tal distribuição. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas na Controladora e nos quotistas da controlada.

2.16. TRIBUTAÇÃO FEDERAL

a) Imposto de renda e contribuição social – Correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Conforme facultado pela legislação tributária a controlada optou pelo regime de lucro presumido.

b) Imposto de renda e contribuição social – Diferidos

Os tributos diferidos ativos e passivos são registrados exclusivamente considerando a perspectiva de que haja uma expectativa de lucro tributável futuro disponível, no qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Em 31 de dezembro de 2024 foram consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. JULGAMENTOS

No decorrer da implementação das políticas contábeis consolidadas, a Administração realizou avaliações críticas que possuem potencial impacto relevante nos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:



a) Reconhecimento de Receitas

No âmbito desse processo, foram realizados julgamentos vinculados à identificação das obrigações de desempenho decorrentes das vendas de software, englobando a taxa de licenciamento, o serviço mensal de software e os serviços de implementação/customização. Essas avaliações podem influenciar substancialmente o reconhecimento das receitas originadas de contratos com clientes. A conclusão da Companhia e sua controlada é que essas obrigações de desempenho são distintas, uma vez que são comercializadas de maneira separada, dado que serviços de implementação e customização também são disponibilizados por outros fornecedores.

b) Custos de projetos em andamento

Os custos de projetos em andamento são reconhecidos progressivamente ao longo do período de execução. Isso ocorre através da definição de critérios para medir o progresso do projeto, sendo alcançado com base nas obrigações de desempenho, como fases concluídas, horas incorridas, módulos implementados e funcionalidades quando se tornam operacionais. Foram realizados julgamentos vinculados à identificação das obrigações de desempenho decorrentes dos custos das vendas de software, englobando a taxa de licenciamento, o serviço mensal de software e os serviços de implementação/customização. Essas avaliações podem influenciar substancialmente o reconhecimento dos custos executados para reconhecimento dos contratos com clientes. A conclusão da Companhia e sua controlada é que essas obrigações de desempenho são distintas, uma vez que são comercializadas de maneira separada, dado que serviços de implementação e customização também são disponibilizados por outros fornecedores. Quando incorridos e direcionados a um projeto, um custo é reconhecido, quando incorrido um gasto e não identificado um projeto específico estes são reconhecidos em despesas, uma vez que incorreram, porém não possuem uma alocação direta.

3.2. ESTIMATIVAS E PREMISSAS

Com base em premissas, a Controladora e sua controlada fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, são contempladas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Abaixo descritas estão as principais estimativas e premissas contidas nestas demonstrações individuais e consolidadas:

a) **Ativos e passivos contingentes**

Ativos contingentes - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação e sobre os quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas;

Provisão para passivos contingentes - São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que: (i) a perda é avaliada como provável, o que ocasionaria a provável saída de recursos para a liquidação das obrigações; e (ii) quando os montantes envolvidos são mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas e os classificados como de perda remota não são provisionados nem divulgados.

b) **Receita de serviços não recorrentes**

O reconhecimento de receitas provenientes de serviços de implementação e customização de softwares implica a utilização de estimativas para projetar os custos totais necessários à execução da obrigação de desempenho estabelecida em contratos com clientes. A Companhia e sua controlada realiza uma revisão periódica dessas estimativas, ajustando as margens por contrato conforme necessário.

A liquidação das transações relacionadas a essas estimativas pode resultar em valores substancialmente diferentes dos inicialmente registrados nas demonstrações contábeis, devido à natureza probabilística intrínseca ao processo de estimativa. A Companhia e sua controlada conduz uma revisão abrangente de suas estimativas no mínimo anualmente.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS E POLÍTICAS

A Controladora e sua controlada contrata operações envolvendo instrumentos financeiros (aplicações financeiras), todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia e sua controlada, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

4.2. FATORES DE RISCOS FINANCEIROS

A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia e sua controlada, a qual identifica, avalia e as protege contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e sua controlada em não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e sua controlada são monitorados diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia e sua controlada, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

b) Risco de Crédito

O risco de crédito representa a possibilidade de a contraparte em uma transação não cumprir suas obrigações conforme estipulado em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, resultando em potencial prejuízo financeiro.

No contexto da comercialização de softwares, seja por meio de subscrição ou projetos instalados, assim como na implementação e personalização de soluções de sistemas, o risco de crédito está intrinsecamente ligado à contínua transferência de recursos controlados, condicionada ao cumprimento das obrigações contratuais. A transferência de recursos ocorre somente mediante a realização dos acertos financeiros, minimizando o risco por meio de um rigoroso controle da base de clientes e do gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas estabelecidas.

No que diz respeito ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e sua controlada adotam medidas para diversificar essa exposição entre

instituições de mercado. A política inclui a concentração de aplicações em valores mobiliários de baixo risco e a alocação em instituições financeiras consideradas de primeira linha. Essas práticas visam mitigar o risco associado a transações financeiras.

c) Risco de Mercado

O principal risco de mercado decorre do risco de taxas de juros. Refere-se a possibilidade da Companhia e sua controlada sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e seus passivos financeiros. Esta exposição se trata, principalmente, da mudança nas taxas de juros de mercado que afetam os ativos da Companhia e sua controlada indexados pelas taxas CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários), Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) e Índice de Preços ao Consumidor - IPCA.

Visando à mitigação desse tipo de risco, a Administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas, bem como, busca aplicar recursos em taxas semelhantes às captações de recursos efetuadas.

A Companhia e sua controlada não possui contratos com operações financeiras com derivativos (*hedge* cambial) para proteger-se da variação cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira significativa.

(i) Operações com derivativos

A Companhia e sua controlada não possui operações com derivativos.

(ii) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia e sua controlada é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar seus negócios e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia e sua controlada controlam sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, elas podem efetuar ou reter pagamentos de dividendos, limitar ou ampliar o retorno de capital aos acionistas, captar novos empréstimos entre outras práticas.

(iii) Investimentos avaliados a valor justo por meio de resultado

A Companhia e sua controlada não possuem investimentos mensurados a valor justo por meio de resultado.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia e sua controlada, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Estão representados por aplicações financeiras em CDB (Certificados de Depósito Bancário) e operações compromissadas (operações com compromisso de recompra pela instituição financeira), os quais são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das operações, vide abertura abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Caixas	907	979	907	979
Banco conta movimento	159.905	224.402	241.110	250.086
Aplicações financeiras (i)	6.787.739	6.409.150	10.076.341	9.046.394
Total	6.948.551	6.634.531	10.318.358	9.297.459

- (i) A Companhia e sua controlada tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco, com aplicações em instituições financeiras de primeira linha, e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que tiveram uma remuneração anual média de 98,00% a 100,50% do CDI bruto do imposto de renda retido na fonte no exercício que se encerrou em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

6. CONTAS A RECEBER

O saldo de contas a receber de clientes é composto por valores provenientes da operação da controladora e sua controlada na venda de licenças de software, serviços de implementação e customização, apresentados pelo valor de realização. Abaixo a composição dos saldos por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
(-) Perdas de créditos estimadas (i)	(267.889)	-	(267.889)	-
Vencidos há mais de 1 ano	168.574	1.451	172.180	3.079
Vencidos de 6 meses a 1 ano	52.987	172.566	56.649	181.756
Vencidos até 6 meses	499.525	399.401	505.358	411.485
(-) Contas a receber NBC TG 1000 (ii)	(2.911.332)	(1.831.658)	(2.911.332)	(1.831.658)
A vencer em até 6 meses	5.853.087	6.120.888	6.273.341	6.120.888
A vencer acima de 6 meses	577.580	1.703.191	577.580	2.195.123
Total	3.972.532	6.565.839	4.405.887	7.080.673

- (i) Para calcular as estimativas de perdas de crédito, em 31 de dezembro de 2024 a Companhia se utilizou de uma estimativa baseada em seus registros históricos de valores a receber provenientes de transações comerciais ao longo do período (sem estimativa nas cifras comparativas). Esses registros foram categorizados de acordo com diferentes níveis de risco de crédito e agrupados em classes de inadimplência, sobre as quais foi aplicada uma taxa de perda correspondente. Com base nessas avaliações, a gestão considera que os montantes reservados são adequados para cobrir potenciais perdas na liquidação dos saldos de contas a receber. Segue abaixo o resumo das movimentações no período:

(-) PCE	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Saldo Inicial	-	-	-	-
Constituição de provisão no exercício	(267.889)	-	(267.889)	-
Reversão de provisão no exercício	-	-	-	-
Saldo Final	<u>(267.889)</u>	<u>-</u>	<u>(267.889)</u>	<u>-</u>

A movimentação com exercício findo nesta data de reporte relativa a estimativa para perdas esperadas nas contas a receber se refere aos recebíveis que, mesmo com grande esforço de cobrança em diversos títulos vencidos a longa data, estima-se não apresentar recuperabilidade. Após a exaustão da cobrança alguns títulos são reconhecidos como perdas efetivas de créditos na demonstração do resultado, vide nota explicativa nº 23 na linha “Perdas com clientes”. Para os saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram escrituradas apenas perdas efetivas de créditos ao resultado, vide nota supracitada.

A Administração entende que o risco associado às contas a receber provenientes de clientes de software é atenuado pela diversificação tanto em termos quantitativos quanto pelos diversos segmentos de atuação presentes na composição de clientes da Companhia e sua controlada. Essa abordagem visa a minimizar os potenciais impactos de inadimplência e fortalecer a gestão do risco relacionado às receitas provenientes de softwares.

- (ii) Devido aos procedimentos estabelecidos na NBC TG 1000 (R1) pela Seção 23 – Receitas, quando existem valores a receber relativos a serviços faturados e ainda em fase de implantação, onde suas horas incorridas se referem a receitas não recorrentes, seus efeitos são reduzidos para demonstrar os montantes a serem compensados a medida de sua execução, respeitando o método de percentagem completada – POC.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

O saldo de tributos a recuperar está assim composto:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Tributos diferidos NBC TG 1000 (i)	1.059.987	666.889	1.059.987	666.889
Saldo negativo de CSLL (ii)	213.551	-	213.551	-
IRRF a recuperar	11.105	29.642	11.105	29.642
COFINS a recuperar	-	3.261	-	3.261
PIS a recuperar	-	706	-	706
Outros tributos a recuperar	57.393	4.686	57.393	4.917
Total	1.342.036	705.184	1.342.036	705.415

- (i) Devido aos procedimentos estabelecidos na NBC TG 1000 (R1) pela Seção 23 – Receitas, quando existem valores a receber relativos a serviços faturados e ainda em fase de implantação, onde suas horas incorridas se referem a receitas não recorrentes, seus efeitos são adicionados para demonstrar os montantes a serem reconhecidos como despesas a medida de sua execução, respeitando o método de percentagem completada – POC.
- (ii) Referem-se aos créditos de pagamentos sobre a apuração trimestral do ano corrente e anos anteriores. O aumento no saldo de contribuição social refere-se à recolhimento ocorrido durante o ano de 2024.

8. ADIANTAMENTO E OUTRAS CONTAS A RECEBER

O saldo de adiantamento e outras contas a receber está assim composto:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Adiantamento a fornecedores	18.763	30.819	18.763	30.819
Adiantamento a empregados	11.123	7.488	10.995	17.217
Total	29.886	38.307	29.758	48.036

- (i) O montante se refere aos valores adiantados a prestadores de serviço, os quais são compensados com a execução dos serviços pelos terceiros. Quando os montantes apresentam indícios de perda, uma provisão é realizada e são realizados ao resultado, restando ao ativo os montantes que serão recuperados.

9. PARTES RELACIONADAS

O saldo de partes relacionadas é composto por contrato de mútuo apresentados no ativo não circulante e passivo não circulante, bem como, pagamento de aluguéis para coligada e remunerações da Administração, as quais serão demonstradas abaixo:

a) Contratos de Mútuo

Os contratos de mútuo ativos e passivos firmados entre a Controladora e pessoas ligadas direta e indiretamente, possuem prazos de pagamentos anuais de até 5 anos ou indefinido a depender da assinatura do contrato, com correção dos montantes devidos realizada pelos indexadores IGPM e Selic, *pro rata die*, sobre o saldo devedor. Fica definido que as devoluções dos recursos transferidos deverão ocorrer quando se fizer necessário ou conveniente dentro do prazo estipulado em cada contrato, inclusive podendo ser quitadas antecipadamente, levando em consideração a situação financeira e a necessidade da Companhia e suas partes relacionadas. Abaixo demonstramos a movimentação do período:

Controladora/Consolidado	Data vencimento	Taxa a.a.	31.12.2024	Movimentação		31.12.2023
				Pagamentos	Juros	
Créditos com pessoas ligadas	dez/2029	IGPM	950.096	(410.000)	11.185	1.348.911
Ativo circulante			134.891			-
Ativo não circulante			815.205			1.768.229
<hr/>						
Controladora/Consolidado	Data vencimento	Taxa a.a.	31.12.2024	Movimentação		31.12.2023
LCS Administração	Indefinida	Selic	(333.322)	-	-	(333.322)
Passivo não circulante			(333.322)			(333.322)

b) Transações com acionistas e pessoal-chave da Administração

A Companhia e sua controlada mantém contrato de locação de imóvel com empresa coligada, em que parte dos acionistas são administradores e compõem o quadro acionário da Controladora de forma indireta. O valor pago de aluguel com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 456.000 (R\$ 168.000 em 31 de dezembro de 2023) para a Controladora e em 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$ 480.000 (R\$ 240.000 em 31 de dezembro de 2023) para os saldos consolidados, vide nota explicativa nº 23 linha "Aluguéis e condomínio". Os contratos de aluguéis com partes relacionadas foram reajustados para a data reporte. Nas cifras comparativas e anteriores, foram três anos seguidos sem correção nos contratos.

c) Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2024 as despesas com remuneração dos administradores da Controladora e suas controlada foi de R\$ 88.884 (R\$ 100.800 em 31 de dezembro de 2023).

Devido a Administração da Controladora e sua controlada ser formada pelos mesmos acionistas administradores das holdings de investimentos da Agrotis Agroinformática, parte substancial da remuneração ocorre diretamente entre as holdings e seus administradores, sem trânsito na Controladora. Em 31 de dezembro de 2024 a monta de remuneração desembolsada diretamente entre holdings e acionistas foi de R\$ 2.628.312 realizada pela Agrotis Participações Societárias Ltda e a extinta LCS Participações Societárias Ltda (R\$ 2.087.452 em 31 de dezembro de 2023).

10. INVESTIMENTOS

O saldo de investimentos está assim composto:

	Controladora	
	31.12.2024	31.12.2023
Participação em empresas (i)	3.732.168	3.109.762
Total	3.732.168	3.109.762

(i) Participação em empresas:

Os investimentos da Companhia são avaliados com base no método de equivalência patrimonial. Os detalhes dos investimentos em sociedades controladas estão a seguir apresentados:

a) Abertura da participação da controladora em empresas diretas:

	31.12.2024				
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado	% de participação
Agrotis Publicações Digitais	3.803.034	70.866	3.732.168	5.356.403	100,00%
Total	3.803.034	70.866	3.732.168	5.356.403	

	31.12.2023				
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado	% de participação
Agrotis Publicações Digitais	3.177.726	77.961	3.099.765	4.369.672	99,99990%
Neotis Tecnologia e Sistemas	-	-	-	-	Incorporada
Total	3.177.726	77.961	3.099.765	4.369.672	

Anualmente, a Companhia avalia se suas participações societárias apresentam indicação de perda de valor recuperável nos seus investimentos, sendo que para os

exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não apresentando indícios de *impairment*.

b) Movimentação da participação da controladora em empresas diretas:

<u>Controladora</u>	<u>Agrotis Publicações</u>	<u>Neotis Tecnologia</u>	<u>Total</u>
Participações societárias em 31.12.2022	<u>639.349</u>	<u>485.881</u>	<u>1.125.230</u>
Equivalência patrimonial	4.378.223	428.266	4.806.489
Distribuição de lucros	(1.907.810)	(436.380)	(2.344.190)
Lucros distribuídos da incorporação Neotis (i)	-	(453.767)	(453.767)
Incorporação Neotis (i)	-	(24.000)	(24.000)
Participações societárias em 31.12.2023	<u>3.109.762</u>	<u>-</u>	<u>3.109.762</u>
Equivalência patrimonial	5.346.406	-	5.346.406
Distribuição de lucros	(4.724.000)	-	(4.724.000)
Participações societárias em 31.12.2024	<u>3.732.168</u>	<u>-</u>	<u>3.732.168</u>

- (i) Em 1º de dezembro de 2023 a controladora realizou a emissão do laudo de incorporação da controlada Neotis Tecnologia e Sistemas Ltda pela totalidade dos saldos escriturados de sua operação. Em 31 de dezembro de 2023 foi procedida a incorporação dos valores suportados pelo supracitado laudo da controlada Neotis Tecnologia e Sistemas Ltda, pela totalidade dos saldos escriturados de sua operação, vide nota explicativa nº 2.1.2. A controlada possuía como regime de tributação o lucro real trimestral, desta forma, foram apuradas as equivalências patrimoniais até 30 de setembro 2023, sendo o resultado dos meses de outubro e novembro consolidados e distribuídos em sua totalidade a controladora, sobrando apenas o valor do capital inicial investido como lançamento para finalizar os montantes inicialmente investidos incorporados a reserva de lucros da Controladora.

11. IMOBILIZADO

O imobilizado da Companhia e sua controlada é registrado ao custo de aquisição e a depreciação dos recursos controlados é calculada pelo método linear, o qual leva em consideração o seu tempo de vida útil econômica estimada. Os detalhes do ativo imobilizado estão demonstrados nos quadros abaixo:

Controladora/Consolidado

Grupo contábil	Equipamentos de informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de telecomunicações	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Taxas de Depreciação	20,00%	20,00%	10,00%	10,00%	10,00%	4,00%	
Em 31 de Dezembro de 2022							
Custo	3.324.776	273.297	108.134	73.251	47.084	14.752	3.841.294
Depreciação Acumulada	(1.692.462)	(200.297)	(108.036)	(36.941)	(44.400)	(738)	(2.082.874)
Valor líquido contábil	1.632.314	73.000	98	36.310	2.684	14.014	1.758.420
Adições	249.108	-	49.426	17.186	-	-	315.720
Baixas	(102.156)	(196.265)	-	-	-	-	(298.421)
Transferência	(25.191)	-	25.191	-	-	-	-
Depreciação	(510.988)	-	(7.202)	(12.226)	(2.213)	(2.212)	(534.841)
Baixas da Depreciação	4.590	150.264	-	-	-	-	154.854
Saldo Final	1.247.677	26.999	67.513	41.270	471	11.802	1.395.732
Em 31 de Dezembro de 2023							
Custo	3.467.844	77.033	157.560	90.437	47.084	14.752	3.854.710
Depreciação Acumulada	(2.220.167)	(50.034)	(90.047)	(49.167)	(46.613)	(2.950)	(2.458.978)
Valor líquido contábil	1.247.677	26.999	67.513	41.270	471	11.802	1.395.732
Adições	237.558	-	18.369	19.382	119.380	-	394.689
Baixas	-	(77.033)	-	-	-	-	(77.033)
Depreciação	(483.178)	-	(9.540)	(17.267)	(24.347)	-	(534.332)
Baixas da Depreciação	-	50.034	-	-	-	-	50.034
Saldo Final	1.002.057	-	76.342	43.385	95.504	11.802	1.229.090
Em 31 de Dezembro de 2024							
Custo	3.705.402	-	175.929	109.819	166.464	14.752	4.172.366
Depreciação Acumulada	(2.703.345)	-	(99.587)	(66.434)	(70.960)	(2.950)	(2.943.276)
Valor líquido contábil	1.002.057	-	76.342	43.385	95.504	11.802	1.229.090

Anualmente, a Companhia e sua controlada avalia indicadores que possam impactar a estimativa de vida útil remanescente de seus ativos imobilizados, sendo que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não houve nada que indicasse alguma mudança significativa.

12. INTANGÍVEL

O saldo de ativo intangível é composto por softwares adquiridos e softwares desenvolvidos internamente que atendem aos critérios de intangível, que foram diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, sendo amortizados usando o método linear ao longo de suas vidas úteis. Abaixo segue abertura e movimentação:

Grupo contábil	Software	Total
Taxas de Amortização	20,00%	
Em 31 de Dezembro de 2022		
Custo	2.597.244	2.597.244
Amortização Acumulada	(2.566.850)	(2.566.850)
Valor líquido contábil	30.394	30.394
Amortização	(7.929)	(7.929)
Saldo Final	22.465	22.465
Em 31 de Dezembro de 2023		
Custo	2.597.244	2.597.244
Amortização Acumulada	(2.574.779)	(2.574.779)
Valor líquido contábil	22.465	22.465
Adições	282.529	282.529
Amortização	(45.599)	(45.599)
Saldo Final	259.395	259.395
Em 31 de Dezembro de 2024		
Custo	2.879.774	2.879.774
Amortização Acumulada	(2.620.379)	(2.620.379)
Valor líquido contábil	259.395	259.395

Quando há despesas relacionadas a atividades de pesquisa e desenvolvimento, estes gastos diretamente alocados a ativos intangíveis podem ser capitalizados, respeitando o regime de competência. Quando não elegíveis, estes gastos são escriturados diretamente no resultado conforme são incorridos, respeitando o regime de competência.

13. CONTAS A PAGAR

A Companhia e sua controlada apresenta suas contas a pagar reconhecidas pelo valor nominal e acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e, quando aplicável, das variações monetárias e cambiais incorridas até as datas de reporte. Abaixo demonstramos os títulos por sua idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Vencidos até 6 meses	2.662	3.246	2.662	3.246
A vencer em até 6 meses	1.074.103	960.556	1.074.353	960.556
A vencer acima de 6 meses	4.590	46.701	4.590	46.701
Total	1.081.355	1.010.503	1.081.605	1.010.503

As operações registradas referem-se a contratos firmados junto à terceiros compostos, basicamente, por prestadores de serviços, fornecedores de soluções de tecnologia, *facilities* e aluguéis. A Administração revisou a composição da carteira destas operações e concluiu que não houve alteração significativa dos prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos quando realizada análise completa dos fornecedores por categoria.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos tomados pela Controladora e sua controlada tem objetivo de fomentar a operação no oferecimento de serviços comercializados de soluções de software recorrentes e não recorrentes. A composição dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

Instituição	Vencimento	Taxa a.a.	Tipo	Garantias	Controladora		Consolidado	
					31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Itaú Unibanco	27/08/2024	10,43%	Capital de giro	BNDES FGI	-	358.279	-	358.279
(-) Juros a transcorrer	-	-	-	-	-	(13.304)	-	(13.304)
Total endividamento com instituições financeiras					-	344.975	-	344.975
Circulante					-	344.975	-	344.975

As garantias fixadas em contrato são equivalentes a operações utilizando acionistas e outras empresas coligadas como garantidores de pagamento, bem como, existe garantia do Fundo Garantidor do BNDES. Não existem outros covenants financeiros e operacionais.

Abaixo estão demonstradas as movimentações ocorridas dos fluxos de caixa para a Controladora e Consolidado:

Movimentação	Valores
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	1.274.667
Captações	37.251
Pagamento principal	(1.042.448)
Juros pagos	75.505
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	344.975
Pagamento principal	(358.279)
Juros pagos	13.304
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	-

Não existem fluxos de caixa previstos da controladora e consolidado para os próximos períodos.

15. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A composição de obrigações sociais e trabalhistas é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Salários a pagar	499.197	460.323	499.197	460.323
PLR a pagar (i)	-	684.212	-	684.212
Provisão para férias	1.365.187	1.005.261	1.365.187	1.005.261
Contribuições previdenciárias a recolher	262.630	112.707	262.630	112.707
FGTS a recolher	85.495	78.418	85.495	78.418
Pró-labore a pagar	1.579	2.640	1.579	2.640
Estágios a pagar	-	4.180	-	4.180
Total	2.214.088	2.347.741	2.214.088	2.347.741

- (i) A Companhia e sua controlada possui um Programa de Participação de Resultados como forma de remuneração estratégica caracterizada pela participação dos trabalhadores nos resultados, com base em determinadas metas acordadas anualmente. As provisões para participação são reconhecidas durante o período em que as metas são atingidas.

16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

A composição de obrigações tributárias é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
IRPJ a recolher	217.560	696.346	249.073	730.235
INSS a recolher	-	246.339	-	246.339
IRRF a recolher	172.172	173.310	172.172	173.310
ISS a recolher	133.553	163.613	133.553	163.613
CSLL a recolher	-	71.911	20.146	96.742
COFINS a recolher	13.461	27.806	29.041	43.620
CSRF a recolher	16.650	8.494	16.650	8.494
PIS a recolher	2.918	6.031	6.295	9.457
Contribuição Sindical	14.204	5.343	14.204	5.343
CIDE a recolher	1.408	801	1.408	801
Total	571.926	1.399.994	642.542	1.477.954

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões para contingência são constituídas levando em consideração a legislação em vigor, a opinião de assessores legais, a natureza e o posicionamento dos tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitiram estimar o seu valor. A Administração considera que as provisões existentes nas datas bases apresentadas são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos.

Na data de reporte e nas cifras comparativas não há provisões para contingências prováveis de perda a serem apresentadas, bem como, não existem perdas consideradas possíveis de realização, as quais não seriam provisionadas nas demonstrações contábeis, ambas em conformidade com a NBC TG 1000 (R1) na Seção 21 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A Companhia e sua controlada tem por prática contratar advogados externos para defesa, cujo a remuneração está vinculada ao percentual a ser aplicado sobre o valor do êxito no desfecho judiciais dos processos. Estes percentuais podem variar de acordo com os fatores qualitativos e quantitativos de cada processo.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Conforme a nota explicativa nº 1, através da 18ª Alteração de Contrato Social de 20 de fevereiro de 2024 foi transformado o tipo societário da Companhia, passando de passando de "Sociedade Empresária Limitada" para "Sociedade Anônima" de capital fechado. Na mesma alteração o capital social em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 74.100 e foi elevado para R\$ 3.000.000, com um aumento efetivo de R\$ 2.925.900 emissão de novas ações. Com a transformação de tipo societário e o aumento de capital social, as anteriormente denominadas quotas que possuíam o valor de R\$ 0,01 (um centavo) cada, passaram a ser denominadas ações, de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

Outra resolução importante foi a dissolução da LCS Participações Societárias Ltda, detentora de 1.800.000 ações nominais da Companhia, cada uma com valor nominal de R\$ 1,00 (um real). Foram devolvidas para os sócios Manfred Leoni, Cassio Lang e Marcelo Choinski as ações pertencentes a LCS, ficando a composição acionária da Companhia desta forma:

Ações	Agrotis Participações Societárias Ltda	Manfred Leoni Schmid	Cassio Alberto Lang	Marcelo Hohmann Choinski	Total
Quantidade	1.200.000	600.000	600.000	600.000	3.000.000
Participação %	40,00%	20,00%	20,00%	20,00%	100,00%

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social, de acordo com o disposto na legislação societária. A critério da Companhia, a reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que seu saldo, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com o Estatuto da Companhia, os dividendos e os juros sobre capital próprio poderão ser pagos conforme determinado em comum acordo entre os acionistas a depender da estratégia de fluxo de caixa e outros aspectos decisórios da Companhia, respeitando sempre o pagamento de forma proporcional ao percentual de participação de cada um deles. Em 31 de dezembro de 2024 destinou lucros para distribuição no montante de R\$ 11.867.514 (R\$ 8.934.659 em 31 de dezembro de 2023).

Em conformidade com a Lei no. 9.249/95 a Administração pode optar por fazer distribuições de juros sobre o capital próprio a seus acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo se aplicável.

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

O saldo de receita operacional líquida está segregado entre receitas de software recorrentes e não recorrentes comercializados pela Companhia e sua controlada, composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Serviços recorrentes				
Software por subscrição	33.483.457	25.459.607	33.483.457	25.532.810
Manutenção	9.126.476	9.369.212	9.126.476	9.738.539
Serviços de datacenter	2.186.600	1.085.233	2.186.600	1.905.363
Serviços não recorrentes				
Consultoria a sistemas	7.024.691	8.167.547	7.024.691	8.173.147
Customização em sistemas	1.093.643	1.155.277	1.093.643	1.155.277
Suporte e treinamento	665.264	684.351	665.264	684.351
Licenças de uso próprio	-	1.800	-	1.800
Venda de mercadorias				
Venda de mercadorias	-	-	5.714.665	4.980.286
Receita operacional bruta	53.580.131	45.923.027	59.294.796	52.171.573
Tributos e cancelamentos				
(-) Tributos sobre receita	(3.262.483)	(4.948.994)	(3.467.314)	(5.250.775)
(-) Vendas canceladas e descontos incondicionais	(4.701)	-	(107.728)	(243.250)
Estimativas de receitas NBC TG 1000 (i)				
(-) Receitas Contratos NBC TG 1000	(1.079.673)	(1.831.658)	(1.079.673)	(1.831.658)
(+) Tributos Contratos NBC TG 1000	39.408	66.856	39.408	66.856
Deduções sobre as receitas	(4.307.449)	(6.713.796)	(4.615.307)	(7.258.827)
Receita operacional líquida	49.272.682	39.209.231	54.679.489	44.912.746

- (i) Devido aos procedimentos estabelecidos na NBC TG 1000 (R1) pela Seção 23 – Receitas, quando existem serviços faturados e ainda em fase de implantação, onde suas horas incorridas se referem a receitas não recorrentes, seus efeitos são reduzidos para demonstrar os montantes a serem reconhecidos a medida de sua execução, respeitando o método de percentagem completada – POC, inclusive demonstrando os efeitos tributários de despesa na mesma proporção que as receitas.

20. CUSTOS OPERACIONAIS

O saldo de custos operacionais se refere, basicamente, ao custo para execução dos serviços não recorrentes e recorrentes. Em síntese tais custos são reconhecidos ao resultado a medida do progresso e horas incorridas em relação as obrigações de desempenho, dados ao longo do tempo ou em um ponto específico e, quando aplicável, associados a percentuais de completude de forma analítica. Abaixo estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Salários e benefícios a empregados	12.883.685	10.794.374	12.883.685	10.794.374
Serviços prestados de cooperados	10.668.361	7.008.836	10.668.361	7.008.836
Custos com softwares	6.375.904	4.896.128	6.375.904	4.896.128
Custos com hospedagem tecnológica	1.666.198	2.449.706	1.666.198	2.449.706
Total	31.594.148	25.149.044	31.594.148	25.149.044

Quando o valor realizável líquido dos ativos é menor que os custos executados para reconhecê-los, automaticamente são reconhecidos ao resultado como despesas. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve perda de valor realizável líquido nas execuções de projetos.

21. DESPESAS COMERCIAIS

O saldo de despesas comerciais por natureza está assim composto:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Comissões (i)	1.046.935	575.111	1.046.935	575.111
Exposições e feiras	349.320	297.773	349.320	297.773
Publicidade, propaganda e marketing	433.309	215.830	433.309	215.830
Outras despesas comerciais	97.448	150.808	97.448	150.808
Total	1.927.012	1.239.522	1.927.012	1.239.522

- (i) As despesas apropriadas de comissão de vendas são reconhecidas diretamente ao resultado pelo seu valor de face, respeitando o regime de competência.

22. DESPESAS COM PESSOAL

O saldo de despesas com pessoal por natureza está assim composto:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Salários	10.358.666	9.773.252	10.358.666	10.121.377
Encargos sobre folha	3.583.476	1.315.329	3.583.476	1.365.522
PAT	1.325.402	1.130.663	1.325.402	1.155.448
PLR	-	768.565	-	768.565
Assistência médica	281.965	258.458	281.965	271.123
Vale transporte	243.235	232.230	243.235	236.628
Outras despesas com pessoal	237.789	185.268	237.789	187.891
(-) Transferência para Custos de Pessoal	(12.883.685)	(10.794.374)	(12.883.685)	(10.794.374)
Total	3.146.848	2.869.391	3.146.848	3.312.180

23. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

O saldo de despesas gerais e administrativas por natureza está assim composto:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Serviços de terceiros	2.135.216	479.584	2.135.216	486.806
Despesas com tecnologia	69.344	144.815	69.579	146.809
Despesas com viagem	1.424.748	1.588.771	1.424.748	1.588.771
(-) Reembolso despesas com viagem pelo cliente	(524.838)	(435.030)	(524.838)	(435.030)
Perdas com clientes	164.517	665.931	172.663	805.367
Assessoria e consultoria	1.261.877	589.180	1.261.877	589.701
Depreciação e amortização	579.931	538.886	579.931	538.886
Despesas de funcionamento	330.615	340.858	330.615	341.000
Despesas com veículos	308.635	294.200	308.635	294.200
Alimentação e confraternizações	339.457	203.709	339.457	203.709
Aluguéis e condomínio	458.370	168.000	482.370	240.000
Perdas de créditos estimadas	267.889	-	267.889	-
Materiais de consumo	68.174	70.304	68.174	70.304
Manutenção e conservação	26.589	49.419	26.589	49.419
Locações	13.800	11.500	13.800	11.500
Outras despesas administrativas	75.036	44.621	75.036	44.621
Total	6.999.360	4.754.748	7.031.741	4.976.063

24. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

O saldo de outras receitas e despesas está assim composto:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Créditos tributários (i)	953.528	1.011.907	953.528	1.011.907
Outras receitas	235	2.761	235	2.761
Ganho na venda de ativos	51.158	138.000	51.158	138.000
Outras receitas	1.004.921	1.152.668	1.004.921	1.152.668
Outras despesas	-	-	(9.997)	(27.135)
Outras despesas	-	-	(9.997)	(27.135)
Outras receitas e despesas	1.004.921	1.152.668	994.924	1.125.533

- (i) Contempla créditos extemporâneos de PIS e COFINS que foram compensados na data de reporte e nas cifras comparativas.

25. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O saldo de resultado financeiro líquido está assim composto:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Rendimentos de aplicações financeiras	607.306	381.671	841.185	546.181
Atualização Selic impostos	22.023	201.609	22.140	201.609
Juros recebidos	77.236	149.426	83.674	162.569
Descontos obtidos	12.707	53.863	12.707	53.863
Variação cambial ativa	72	-	72	-
Receitas financeiras	719.344	786.569	959.778	964.222
Juros pagos	(15.301)	(99.076)	(15.301)	(100.322)
Descontos concedidos	(22.772)	(57.388)	(33.329)	(58.498)
Variação cambial passiva	(345)	(15.185)	(345)	(15.185)
Despesas financeiras	(38.418)	(171.649)	(48.975)	(174.005)
Resultado financeiro	680.926	614.920	910.803	790.217

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O saldo de imposto de renda e contribuição social está assim composto:

	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	12.388.532	11.649.628	12.613.992	12.001.156
(+) Adições	3.441.977	2.298.523	3.441.977	2.574.290
Ajustes de exercícios anteriores	-	340.614	-	340.614
Despesas não dedutíveis	1.612	123.613	1.612	123.613
Multas de trânsito	-	2.638	-	2.638
Incorporação Neotis	-	-	-	275.767
Perdas de créditos estimadas	267.889	-	267.889	-
Provisão de custos com hospedagem de sistema	328.000	-	328.000	-
Receitas NBC TG 1000 à incorrer (i)	2.844.476	1.831.658	2.844.476	1.831.658
(-) Exclusões	(12.745.592)	(8.499.781)	(12.745.592)	(8.499.781)
Resultado de equivalência patrimonial	(5.346.406)	(4.806.489)	(5.346.406)	(4.806.489)
Atualização monetária	-	(176.661)	-	(176.661)
Lei do Bem - Cap. III Art. 26 (60%) (ii)	(3.950.231)	(2.587.331)	(3.950.231)	(2.587.331)
Lei do Bem - Cap. III Art. 26 (20%) (ii)	(1.316.744)	(862.444)	(1.316.744)	(862.444)
Provisão de custos com hospedagem de sistema	(328.000)	-	(328.000)	-
Reversões de receitas NBC TG 1000 (i)	(1.764.803)	-	(1.764.803)	-
Tributos receitas à incorrer NBC TG 1000 (i)	(39.408)	(66.856)	(39.408)	(66.856)
Compensação do prejuízo do período	-	(234.757)	-	(392.466)
(=) Lucro Real	3.084.917	5.213.613	3.310.377	5.683.199
Base lucro presumido para CSLL de Controladas	-	-	845.223	722.344
Base lucro presumido para IRPJ de Controladas	-	-	689.364	532.863
(%) CSLL 9%	(277.643)	(469.225)	(353.713)	(576.499)
Contribuição social	(277.643)	(469.225)	(353.713)	(576.499)
(%) IRPJ Alíquota 15%	(462.738)	(782.042)	(566.143)	(932.409)
(%) IRPJ Adicional 10%	(296.491)	(502.045)	(342.476)	(598.140)
(-) Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT	18.510	31.282	18.510	33.490
Imposto de renda	(740.719)	(1.252.805)	(890.109)	(1.497.059)
Imposto de renda e Contribuição social correntes	(1.018.362)	(1.722.030)	(1.243.822)	(2.073.558)
(-) Tributos diferidos NBC TG 1000 (i)	353.690	600.033	353.690	600.033
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	353.690	600.033	353.690	600.033
Imposto de renda e Contribuição social	(664.672)	(1.121.997)	(890.132)	(1.473.525)



- (i) Devido aos procedimentos estabelecidos na NBC TG 1000 (R1) pela Seção 23 – Receitas, quando existem serviços faturados e ainda em fase de implantação, onde suas horas incorridas se referem a receitas não recorrentes, seus efeitos são reduzidos para demonstrar os montantes a serem reconhecidos a medida de sua execução, respeitando o método de percentagem completada – POC, inclusive demonstrando os efeitos tributários de despesa na mesma proporção que as receitas. Tais efeitos são adicionados e excluídos na apuração do lucro real da Controladora, para fazer refletir o preço de transação nas obrigações de desempenho conforme orienta a IN 1.771/2017 – Contas que registram procedimentos contábeis decorrentes da alteração ou adoção de novos métodos ou critérios contábeis relacionadas à alocação do preço de transação às obrigações de desempenho (itens 73 e 74 da NBC TG 1000 (R1), quando este transcreve os efeitos da NBC TG 47, nos casos não previstos nos itens 21, B30, B31, B32, B46 e B82 do mesmo NBC TG 47.
- (ii) A Companhia e sua controlada reduziu sua base de cálculo para Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$ 5.266.975 (R\$ 3.449.775 em 31 de dezembro de 2023) relativo a incentivo fiscal de Pesquisa e Desenvolvimento de Inovação Tecnológica, fundamentada pela Lei 11.196/05, conhecida como a Lei do Bem. Esse incentivo fiscal faz parte do programa instituído pelo Governo por meio do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, o qual busca estimular as empresas a realizarem pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica concedendo como benefícios a exclusão dos gastos realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica classificáveis como despesas operacionais pela legislação do IRPJ. Além da despesa operacional, a Lei 11.196/05 dispõe ainda a exclusão do lucro líquido e da base de cálculo da CSLL o valor correspondente a 60% das despesas realizadas com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica no período. Tal exclusão pode chegar a 80% em função do número de empregados envolvidos na pesquisa e desenvolvimento.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Controladora possui o sistema de apuração pelo lucro real trimestral enquanto sua controlada Agrotis Publicações Digitais Ltda apurou seu lucro o regime de lucro presumido.

27. COBERTURA DE SEGUROS (não auditado)

A Companhia e sua controlada tem por política contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes julgados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A Companhia e sua controlada busca no mercado ou internamente as coberturas



compatíveis, sendo a cobertura de seguros consistente com outras empresas de dimensões semelhantes operando no setor.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Tendo em vista uma melhor adequação das acomodações em relação ao espaço atualmente utilizado, a Administração optou pela mudança de endereço da sede. A nova sede está localizada na Rua Comendador Araujo também em Curitiba-PR, tendo sido agendada mediante contrato de locação.

Serão necessárias reformas para adaptabilidade as operações da Companhia e sua controlada, desta forma foi contratado um escritório de arquitetura para elaboração do projeto, bem como administração da obra, que foi iniciada no início de 2025. A expectativa é de finalização e instalação plena da Companhia em seu novo espaço no segundo semestre de 2025.

Através do dispositivo da NBC TG 1000 (R1) Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas em sua seção 20 - Operações de Arrendamento, o contrato se classifica como arrendamento operacional. Esta classificação se dará como reconhecimento de despesa com aluguel em base linear, respeitando o regime de competência.

Até a emissão destas demonstrações foram gastos os montantes aproximados de R\$ 207.000 com a reforma inicial e R\$ 30.000 com serviços de vigilância, energia elétrica e taxas de funcionamento.

* * * * *